

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ÁGUA: GESTÃO DE INFORMAÇÕES EM ESTABELECIMENTOS DE RISCO

**CUNHA, Giselle de Paula Queirós. ; SILVA, Sônia Hoana Cunha e
Giselle P. Q. CUNHA**

Acadêmica do Curso de Eng.º Ambiental pela Universidade do Estado do Pará- UEPA, onde desenvolve Projetos de extensão na Capital e Interior do Estado na área de Educação Sanitária e Ambiental e gerenciamento da Qualidade de água. Br 316, Km 08. Vila Esperança Rua A N.º 93, 67030-070, Ananindeua- Pará/Brasil, +559191444762/+55912555180, engqueiros@hotmail.com

Sônia H. C. SILVA

Acadêmica do Curso de Medicina pela Universidade do Estado do Pará- UEPA, onde desenvolve Projetos de pesquisa e extensão na Capital e Interior do Estado. Br 316, Km 08. Vila Esperança Rua A N.º 93, 67030-070, Ananindeua- Pará/Brasil, +559191444762/+55912555180, shcs-med@hotmail.com

A água é uma substância contraditória, ao mesmo tempo que é uma necessidade biológica para todos os seres vivos, é também um veículo condutor de resíduos que podem causar uma série de doenças graves, a ponto de encerrar riscos de vida. Em si, não gera organismos patogênicos, mas os recebe e os dissemina, quando contaminada e não tratada. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), as doenças de veiculação hídrica retiram cerca de 10% do tempo médio produtivo de uma pessoa em idade adulta. Além disso, limitam o desenvolvimento físico e intelectual de grande parte das crianças que sobrevivem às *doenças da primeira infância*.

A disponibilidade de Recursos Hídricos na Amazônia e no Pará, mais precisamente, é bastante comprometida do ponto de vista sanitário pois seu desenvolvimento não tem sido processado de forma ordenada, provocando assim a poluição das águas pelo lançamento indiscriminado de esgotos domésticos, despejos industriais, agrotóxicos e outros poluentes, daí a importância da qualidade de água para consumo humano ser considerada, portanto, fator essencial para o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental de uma região ou país e é de grande responsabilidade dos serviços de abastecimento de água, quer públicos ou privados, no cumprimento dos parâmetros determinados pela legislação vigente, bem como em conjunto com a comunidade a promoção de gestão de informações para sua preservação e uso racional.

Esta gestão de informações sobre recursos hídricos, instrumento da educação ambiental, conduz à veiculação de políticas públicas nestas comunidades, tornando-as responsáveis pelas problemáticas e motivando-as a busca de soluções que culminem na melhoria da qualidade de vida através do desenvolvimento de atividades sócio- educativas em estabelecimentos de riscos como escolas, creches, unidades de saúde que normalmente acolhem a clientela infantil em torno de 70 a 100% do seu tempo diário e suscetíveis às doenças de primeira infância, conforme comentado.

Diante das considerações citadas, apresentamos este trabalho com o objetivo de dar contribuições para o desenvolvimento de atividades alternativas referentes ao Monitoramento de qualidade de água nesses estabelecimentos, sistematizados da seguinte maneira:

- ◆ Monitorar a qualidade de água, obedecendo os parâmetros previstos na legislação vigente;
- ◆ Correlacionar a Legislação vigente com as peculiaridades de nossa região(clima, formações geológicas e suas características e indicadores) levando aos órgãos competentes à análise e discussão;
- ◆ Assim, Promover troca de experiência entre os diversos atores envolvidos no processo de gestão de políticas públicas;
- ◆ Motivar a comunidade para busca de soluções que culminem na melhoria da qualidade de vida e assim bem-estar sócio- ambiental;
- ◆ Relacionar o modo de vida da população com as cadeias de transmissão de doenças por veiculação hídrica;

- ◆ Reverenciar a importância da gestão dos recursos hídricos e seus benefícios para os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

As atividades desenvolvem-se em duas etapas: A primeira refere-se ao conjunto de atividades educativas com grande parte da comunidade dos estabelecimentos, incluindo no caso da escola, professores, pessoal de apoio, crianças, merendeiras, além de Agentes Comunitários de saúde, pais e Líderes Comunitários próximo aos locais das atividades através de dramatizações, teatros de fantoche, dinâmicas de grupo. Da mesma forma desenvolve-se em Estabelecimentos de saúde, buscando envolver todos os agentes possíveis.

A Segunda etapa refere-se às atividades práticas de análise dos parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos exigidos pela legislação vigente, obedecendo os períodos de coletas determinados para que os mesmos sejam observados e discutidos segundo o parecer dos agentes envolvidos, citados acima, bem como o Grupo Estadual de Fluoretação- GECOF, mais intensamente, devido a aplicação deste elemento estar limitada às condições de umidade típicas da Amazônia, reduzindo-o a patamares menores dos que exigidos pela legislação por causarem doença chamada fluorose que acomete número significativo de crianças e cujas Distribuidoras de água resistem em controlar em níveis menores que 1,5ppm de íon fluoreto pelo fato de serem aclamados pela legislação vigente(quadro este em processo de transição, já uma série de discussões fundamentadas foram enviadas ao Conselho Nacional que regulamenta esses padrões).

A partir das atividades desenvolvidas observa-se a oportunidade de gerência sobre as políticas públicas desde o patamar local que irá influenciar no regional e assim nacional. No início os pais, agentes comunitários de saúde, líderes comunitários, enfim, a comunidade dos estabelecimentos apresentavam-se resistentes, no entanto quando sentiam-se responsáveis pelas ações e que eram capazes de transmitir informações básicas de higiene, desperdício foram buscando soluções para muitos problemas que estavam nesses ambientes por longas datas, sem mesmo representar grau de dificuldade elevada para a resolução.

BIBLIOGRAFIA

1. Agenda XXI – Cap.18 – *Proteção da qualidade e do suprimento das águas: aplicações e abordagens integradas, manejo e uso de recursos hídricos*. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio 92.
2. BARROS, Raphael T. de V. et al. *Manual de Saneamento e proteção Ambiental para os Municípios*, 2.Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995.
3. CORSON,H.W(ed.)1996. Manual Global de Ecologia: O que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente. 2ª ed. 414 p.
- 4.DEMO,P. Participação e meio ambiente- uma proposta educativa preeliminar.Brasília,1985.
5. SETTI, Arnaldo Augusto. A necessidade do uso sustentável dos recursos hídricos- Brasília: IBAMA,1994.

Palavras-chaves: Qualidade de Água, Prevenção de doenças, Gestão de Informações, Unidades de Risco, Cidadania